

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	30.088.218	29.804.010
1.01	Ativo Circulante	8.007.973	7.313.736
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.695.661	1.338.169
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.988	6.210
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	8.988	6.210
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	8.988	6.210
1.01.03	Contas a Receber	4.111.304	3.883.350
1.01.03.01	Clientes	4.042.250	3.830.559
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	3.551.879	3.385.579
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	490.371	444.980
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	69.054	52.791
1.01.04	Estoques	77.359	82.759
1.01.04.01	Almoxarifado	77.359	82.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.244.895	1.205.941
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.244.895	1.205.941
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	47.700	0
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.197.195	1.205.941
1.01.07	Despesas Antecipadas	95.033	56.667
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	774.733	740.640
1.01.08.03	Outros	774.733	740.640
1.01.08.03.03	Outros créditos	297.542	274.397
1.01.08.03.05	Serviços em curso	477.191	466.175
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	0	68
1.02	Ativo Não Circulante	22.080.245	22.490.274
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.751.561	18.390.992
1.02.01.04	Contas a Receber	50.499	50.645
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	26.244	23.868
1.02.01.04.02	Contas a receber - acordos	24.255	26.777
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.120.660	4.326.662
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.120.660	4.326.662
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.580.402	14.013.685
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	685.721	857.326
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	3.726.974	4.113.287
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	7.916.598	7.426.895
1.02.01.10.09	Outros créditos	65.522	69.238
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	992.249	1.434.579
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	193.338	112.360
1.02.02	Investimentos	38.756	38.756
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	38.756	38.756
1.02.03	Imobilizado	203.359	223.487
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	203.359	223.487
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	203.359	223.487
1.02.04	Intangível	4.086.569	3.837.039
1.02.04.01	Intangíveis	4.086.569	3.837.039
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.086.569	3.837.039

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	30.088.218	29.804.010
2.01	Passivo Circulante	8.501.028	7.911.813
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	137.457	125.647
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	137.457	125.647
2.01.02	Fornecedores	2.722.212	2.775.495
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.722.212	2.775.495
2.01.03	Obrigações Fiscais	527.682	699.741
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	141.322	337.052
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	220.928
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	141.322	116.124
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	383.540	359.932
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.820	2.757
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.456.243	1.167.067
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	620.527	385.405
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	385.564	366.640
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	234.963	18.765
2.01.04.02	Debêntures	835.716	781.662
2.01.05	Outras Obrigações	3.476.996	2.957.794
2.01.05.02	Outros	3.476.996	2.957.794
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	309.602	207.601
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	603	845
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	573.597	548.904
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	592.722	538.276
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	595.034	155.234
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	8.235	8.235
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	367.246	354.801
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	49.406	55.424
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	177.527	113.617
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	795.682	967.515
2.01.06	Provisões	180.438	186.069
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	177.367	183.102
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	177.367	183.102
2.01.06.02	Outras Provisões	3.071	2.967
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.071	2.967
2.02	Passivo Não Circulante	18.772.809	19.498.408
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.222.169	6.386.675
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.409.915	2.667.769
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	279.754	279.646
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.130.161	2.388.123
2.02.01.02	Debêntures	3.812.254	3.718.906
2.02.02	Outras Obrigações	11.724.353	12.122.016
2.02.02.02	Outros	11.724.353	12.122.016
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	4	59
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.278.270	6.395.475
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	97.848	103.519

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	20.192	22.028
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	73.727	94.497
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	276.153	400.693
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	60.095	58.058
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	172.389	182.822
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	4.479.536	4.629.959
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	266.139	234.906
2.02.04	Provisões	826.287	989.717
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	823.839	987.269
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	823.839	987.269
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	2.814.381	2.393.789
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.884
2.03.02.07	Outras reservas	547	546
2.03.04	Reservas de Lucros	1.275.570	1.275.570
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.078.804	1.078.804
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	448.498	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	597.256	612.903
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.854.898	-4.842.639

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.882.893	4.567.263
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.449.567	-3.517.673
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.748.006	-1.696.814
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-70.571	-109.682
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-741.336	-916.144
3.02.07	Pessoal e Administradores	-113.802	-106.112
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.401	-1.201
3.02.09	Serviços de Terceiros	-178.319	-185.036
3.02.10	Material	-9.119	-6.303
3.02.11	Custo de Construção	-353.632	-301.681
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-279	-5.542
3.02.16	Depreciação e Amortização	-162.820	-139.007
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-70.282	-50.151
3.03	Resultado Bruto	1.433.326	1.049.590
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-301.804	-223.663
3.04.01	Despesas com Vendas	-166.850	-118.411
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-172.605	-151.253
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	37.651	46.001
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.131.522	825.927
3.06	Resultado Financeiro	-354.454	-331.441
3.06.01	Receitas Financeiras	204.151	134.775
3.06.02	Despesas Financeiras	-558.605	-466.216
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-558.535	-467.232
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-70	1.016
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	777.068	494.486
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-224.217	-167.318
3.08.01	Corrente	-5.878	-103.246
3.08.02	Diferido	-218.339	-64.072
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	552.851	327.168
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	552.851	327.168
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,79971	1,65682

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	552.851	327.168
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12.259	-35.866
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-18.574	-54.341
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	6.315	18.475
4.03	Resultado Abrangente do Período	540.592	291.302

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	543.390	-44.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.676.076	995.531
6.01.01.01	Lucro líquido do período	552.851	327.168
6.01.01.02	Depreciação e amortização	237.141	182.328
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	43.353	282.697
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	-16.165	7.768
6.01.01.05	Variações monetárias	-29.504	12.038
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-173.849	-149.402
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	120.762	69.406
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros riscos	202.299	25.470
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	14.482	19.771
6.01.01.10	Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	154.167	-124.357
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	154.832	149.968
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	0	-135
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	16.688	16.949
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	218.340	57.929
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	6.977	3.475
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	127.614	65.453
6.01.01.18	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	46.088	49.005
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-286.997	-692.164
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-294.841	-288.992
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-82.075	-44.184
6.01.02.03	Almoxarifado	5.400	-476
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-142.183	30.433
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	395.059	222.565
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-38.366	-12.528
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	-16.263	205.481
6.01.02.08	Outros créditos	-13.798	-43.527
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	0	-535.961
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	11.810	24.114
6.01.02.11	Fornecedores	-53.556	-1.046.914
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-238.928	64.808
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	143.351	19.152
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	315.258	718.815
6.01.02.15	Serviços em curso	-11.016	-19.025
6.01.02.16	Encargos setoriais	23.569	127.664
6.01.02.19	Outras obrigações	31.838	-167.764
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-322.256	54.175
6.01.03	Outros	-845.689	-348.086
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-72.623	-64.834
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-1.257
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-272.037	-222.383
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-393.570	-14.912

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	0	-1
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-6.977	-4.354
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-100.482	-40.345
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-212.276	-334.751
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-384.361	-346.377
6.02.02	Consumidores participação financeira	27.879	54.802
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-2.778	110
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	0	-33
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	154.220	-40.148
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-7.236	-3.105
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	26.378	628.807
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	0	657.325
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-3.688	-3.656
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	46.516	-10.541
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento	-16.450	-14.321
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	357.492	249.337
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.338.169	1.112.302
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.695.661	1.361.639

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.275.570	0	-4.229.736	2.393.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.275.570	0	-4.229.736	2.393.789
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-120.000	0	-120.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-120.000	0	-120.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	552.851	-12.259	540.592
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	552.851	0	552.851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.259	-12.259
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-18.574	-18.574
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	6.315	6.315
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.647	-15.647	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	23.707	-23.707	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.060	8.060	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	1.275.570	448.498	-4.257.641,80196	2.814.381

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	327.168	-35.866	291.302
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	327.168	0	327.168
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-35.866	-35.866
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	16.323	-16.323	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.731	-24.731	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.408	8.408	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	1.067.544	343.491	-4.089.385	2.669.606

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	7.322.217	8.277.225
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.659.886	5.461.433
7.01.02	Outras Receitas	2.475.549	2.632.522
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	353.632	301.681
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-166.850	-118.411
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.420.889	-3.535.118
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.804.153	-2.985.940
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-565.203	-516.673
7.02.04	Outros	-51.533	-32.505
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.901.328	4.742.107
7.04	Retenções	-237.143	-189.488
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-237.143	-189.488
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.664.185	4.552.619
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	204.151	134.775
7.06.02	Receitas Financeiras	204.151	134.775
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.868.336	4.687.394
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.868.336	4.687.394
7.08.01	Pessoal	154.721	142.987
7.08.01.01	Remuneração Direta	107.289	97.161
7.08.01.02	Benefícios	38.357	38.221
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.075	7.605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.603.877	3.752.140
7.08.02.01	Federais	1.536.024	2.443.410
7.08.02.02	Estaduais	1.063.382	1.300.670
7.08.02.03	Municipais	4.471	8.060
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	556.887	465.099
7.08.03.01	Juros	558.575	466.216
7.08.03.02	Aluguéis	-1.688	-1.117
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	552.851	327.168
7.08.04.02	Dividendos	120.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	432.851	327.168



Notas Explicativas

Eletropaulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Formulário de informações trimestrais em 31 de março de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.695.661	1.338.169
Títulos e valores mobiliários	5	8.988	6.210
Consumidores, revendedores e outros	6	3.551.879	3.385.579
Instrumentos financeiros derivativos		-	68
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	47.700	-
Outros tributos compensáveis	7	1.197.195	1.205.941
Contas a receber - acordos	6	490.371	444.980
Créditos a receber - subvenção e outros	8	69.054	52.791
Outros créditos		297.542	274.397
Almoxarifado		77.359	82.759
Serviços em curso		477.191	466.175
Despesas pagas antecipadamente		95.033	56.667
Total do ativo circulante		8.007.973	7.313.736
Ativo não circulante			
Consumidores, revendedores e outros	6	26.244	23.868
Instrumentos financeiros derivativos	28	193.338	112.360
Outros tributos compensáveis	7	3.726.974	4.113.287
Tributos diferidos	26	4.120.660	4.326.662
Depósitos vinculados		685.721	857.326
Contas a receber - acordos	6	24.255	26.777
Outros créditos		65.522	69.238
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10	992.249	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	10	7.916.598	7.426.895
Investimento		38.756	38.756
Imobilizado arrendado	14	203.359	223.487
Intangível	10	4.086.569	3.837.039
Total do ativo não circulante		22.080.245	22.490.274
Total do ativo		30.088.218	29.804.010

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2023	31.12.2022
Passivo circulante			
Fornecedores	11	2.722.212	2.775.495
Empréstimos e financiamentos	12	620.527	385.405
Debêntures	13	835.716	781.662
Obrigações por arrendamentos	14	49.406	55.424
Subvenções governamentais		603	845
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.1	-	220.928
Outros tributos a pagar	15.2	527.682	478.813
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	309.602	207.601
Salários, provisões e encargos sociais		137.457	125.647
Encargos setoriais	16	573.597	548.904
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	8.235	8.235
Contas a pagar - acordo Eletrobras	18	367.246	354.801
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19	180.438	186.069
Reserva de reversão		7.342	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	28	177.527	113.617
Outras obrigações		592.722	538.276
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	795.682	967.515
Passivo financeiro setorial	9	595.034	155.234
Total do passivo circulante		8.501.028	7.911.813
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	2.409.915	2.667.769
Debêntures	13	3.812.254	3.718.906
Obrigações por arrendamentos	14	172.389	182.822
Subvenções governamentais		4	59
Encargos setoriais	16	97.848	103.519
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	6.278.270	6.395.475
Contas a pagar - acordo Eletrobras	18	60.095	58.058
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19	826.287	989.717
Reserva de reversão		20.192	22.028
Instrumentos financeiros derivativos	28	266.139	234.906
Outras obrigações		73.727	94.497
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	4.479.536	4.629.959
Passivo financeiro setorial	9	276.153	400.693
Total do passivo não circulante		18.772.809	19.498.408
Patrimônio líquido			
Capital social	21	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21	(4.257.642)	(4.229.736)
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		1.078.804	1.078.804
Lucros acumulados		448.498	-
Total do patrimônio líquido		2.814.381	2.393.789
Total do passivo e do patrimônio líquido		30.088.218	29.804.010

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2023	31.03.2022
Receita líquida	23	4.882.893	4.567.263
Custo do serviço	24	(3.449.567)	(3.517.673)
Lucro bruto		1.433.326	1.049.590
Receitas (Despesas) operacionais			
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(166.850)	(118.411)
Despesas gerais e administrativas	24	(172.605)	(151.253)
Outras receitas e despesas operacionais	24	37.651	46.001
Total despesas operacionais		(301.804)	(223.663)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		1.131.522	825.927
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	204.151	134.775
Despesas financeiras	25	(558.535)	(467.232)
Variações cambiais, líquidas	25	(70)	1.016
Total do resultado financeiro		(354.454)	(331.441)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		777.068	494.486
Imposto de renda e contribuição social			
Contribuição social	26	(1.614)	(27.849)
Imposto de renda	26	(4.264)	(75.397)
Contribuição social diferida	26	(57.796)	(16.960)
Imposto de renda diferido	26	(160.543)	(47.112)
Total dos tributos sobre o lucro		(224.217)	(167.318)
Lucro líquido do período		552.851	327.168
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22	2,79971	1,65682

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2023	31.03.2022
Lucro líquido do período	552.851	327.168
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(18.574)	(54.341)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de	6.315	18.475
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de tributos	540.592	291.302

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de capital		Outros resultados abrangentes/ Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital		Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(4.037.195)	196.766	-	870.778	-	2.378.304
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	327.168	327.168
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(54.341)	-	-	-	-	(54.341)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	18.475	-	-	-	-	18.475
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(24.731)	-	-	-	24.731	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	8.408	-	-	-	(8.408)	-
Saldos em 31 de março de 2022	3.079.525	2.267.883	547	(4.089.384)	196.766	-	870.778	343.491	2.669.606
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.079.525	2.267.883	547	(4.229.736)	196.766	1.078.804	-	-	2.393.789
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	552.851	552.851
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(18.574)	-	-	-	-	(18.574)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	26	-	-	6.315	-	-	-	-	6.315
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(23.707)	-	-	-	23.707	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	8.060	-	-	-	(8.060)	-
Saldos em 31 de março de 2023	3.079.525	2.267.883	547	(4.257.642)	196.766	1.078.804	-	448.498	2.814.381

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2023	31.03.2022
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	552.851	327.168
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	237.141	182.328
Variações monetárias	(29.504)	12.038
Variações cambiais - instrumento derivativo	43.353	282.697
Atualização do ativo financeiro da concessão	(173.849)	(149.402)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	120.762	69.406
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	46.088	49.005
Provisões para processos judiciais e outros riscos	202.299	25.470
Atualização Acordo Eletrobras	14.482	19.771
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	154.167	(124.357)
Juros sobre obrigações de arrendamento	6.977	3.475
Juros sobre operação com instrumento derivativo	127.614	65.453
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	(16.165)	7.768
Benefícios pós-emprego	154.832	149.968
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-	(135)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	16.688	16.949
Tributos e contribuições sociais diferidos	218.340	57.929
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(294.841)	(288.992)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(142.183)	30.433
Outros tributos compensáveis	395.059	222.565
Almoxarifado	5.400	(476)
Serviços em curso	(11.016)	(19.025)
Contas a receber - acordos	(82.075)	(44.184)
Despesas pagas antecipadamente	(38.366)	(12.528)
Outros créditos	(13.798)	(43.527)
Créditos a receber - subvenção e outros	(16.263)	205.481
Ativo financeiro setorial	-	(535.961)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(53.556)	(1.046.914)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(238.928)	64.808
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(322.256)	54.175
Outros tributos a pagar	143.351	19.152
Obrigações sociais e trabalhistas	11.810	24.114
Encargos setoriais	23.569	127.664
Passivo financeiro setorial	315.258	718.815
Outras obrigações	31.838	(167.764)
	1.389.079	303.367
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(72.623)	(64.834)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(6.977)	(4.354)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(100.482)	(40.345)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(1.257)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(272.037)	(222.383)
Pagamento de processos judiciais e outros	(393.570)	(14.912)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-	(1)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	543.390	(44.719)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(384.361)	(346.377)
Consumidores participação financeira	27.879	54.802
Aplicações em investimento de curto prazo	(2.778)	110
Resgates de investimento de curto prazo	-	(33)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	154.220	(40.148)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(7.236)	(3.105)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(212.276)	(334.751)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	-	657.325
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(3.688)	(3.656)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	46.516	(10.541)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(16.450)	(14.321)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	26.378	628.807
Variação no caixa líquido da Companhia	357.492	249.337
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.338.169	1.112.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.695.661	1.361.639
	357.492	249.337

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2023	31.03.2022
1. Receitas	7.322.217	8.277.225
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	7.489.067	8.395.636
Fornecimento de energia elétrica	4.659.886	5.461.433
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	2.008.277	1.658.418
Outras receitas	467.272	974.104
Receita relativa à construção de ativos próprios	353.632	301.681
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(166.850)	(118.411)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(3.420.889)	(3.535.118)
Materiais	(132.568)	(120.773)
Outros custos operacionais	(51.533)	(32.505)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.804.153)	(2.985.940)
Serviços de terceiros	(432.635)	(395.900)
3. Valor adicionado bruto	3.901.328	4.742.107
4. Retenções	(237.143)	(189.488)
Depreciação e amortização	(237.143)	(189.488)
5. Valos adicionado líquido produzido pela entidade	3.664.185	4.552.619
6. Valor adicionado recebido em transferência	204.151	134.775
Receitas financeiras	204.151	134.775
7. Valor adicionado total a distribuir	3.868.336	4.687.394
8. Distribuição do valor adicionado	3.868.336	4.687.394
Empregados (Colaboradores)	154.721	142.987
Salários e encargos	103.743	93.033
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	3.546	4.128
Benefícios	38.357	38.221
FGTS	9.075	7.605
Tributos (Governo)	2.603.877	3.752.140
Federais	552.400	446.671
Imposto de renda e contribuição social	224.217	167.318
COFINS	244.483	206.235
PIS	52.958	44.655
INSS	21.105	19.185
Encargos sociais - Outros	9.637	9.278
Estaduais	1.063.382	1.300.670
ICMS	1.060.900	1.298.819
Outros - Estaduais	2.482	1.851
Municipais	4.471	8.060
ISS	81	90
IPTU	4.390	7.887
Outros - Municipais	-	83
Encargos setoriais	983.624	1.996.739
CDE - Conta de desenvolvimento energético	885.137	948.578
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	43.265	40.927
Encargos do consumidor - PROINFA	47.369	30.173
Encargos do consumidor - CCRBT	(35)	969.974
Taxa de fiscalização - ANEEL	7.888	7.087
Remuneração de capitais de terceiros	556.887	465.099
Juros	558.575	466.216
Aluguéis	(1.688)	(1.117)
Remuneração de capitais próprios	552.851	327.168
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(15.647)	(16.323)
Dividendos e juros sobre capital próprio	120.000	-
Lucros retidos	448.498	343.491

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria "B", controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 2.339 como saldo a ser ressarcido.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irreversíveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou análise e não houve necessidade de solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2 Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período findo em 31 de março de 2023, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2022, aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2023:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023 (data de vigência adiada pelo IASB e CPC)
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CPC

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1. Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 28 de junho de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 aplicado a partir de 4 de julho de 2022 (Resolução Homologatória nº 3053/2022), aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45 e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%, sendo de 18,03%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de 10,15%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 592.400, dentre os quais destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins de R\$ 1.625.000; (ii) excedente do fundo de Itaipu de R\$ 235.200; (iii) Conta Escassez Hídrica de R\$ 526.100; (iv) sobrecontratação de R\$ 4.100, compensado por componentes positivos de (v) R\$ 1.631.000 referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), (vi) R\$ 654.500 de previsão de Risco Hidrológico.

3.2. Bandeira tarifária

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Numerário disponível		25.828	72.921
Numerário em trânsito	4.1	106.924	137.053
CDB-DI		1.562.909	1.128.195
Total		1.695.661	1.338.169

4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remuneradas em média a 95% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2023.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 28.2 b.1.1). Nos trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.03.2023	31.12.2022
CDB-DI	8.988	6.210
Total	8.988	6.210
Total geral	1.704.649	1.344.379

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2023.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

6.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.03.2023
	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial	545.239	537.552	75.845	181.743	298.927	1.164.248	2.803.554	(1.314.043)	1.489.511
Industrial	42.312	25.147	2.002	6.039	9.293	73.142	157.935	(67.789)	90.146
Comercial	260.774	78.148	8.549	17.450	28.546	95.555	489.022	(101.575)	387.447
Rural	264	116	19	66	41	235	741	(240)	501
Poderes Públicos	55.883	6.878	1.388	2.412	942	2.047	69.550	(2.768)	66.782
Iluminação pública	3.014	25.957	1.168	585	6.432	135	37.291	(3.063)	34.228
Serviço público	32.104	-	403	178	412	47	33.144	(333)	32.811
Serviço cobráveis	1.367	557	121	332	21	6	2.404	(318)	2.086
Encargos de uso da rede	4.334	-	-	433	-	113	4.880	-	4.880
Receita não faturada	1.439.475	-	-	-	-	-	1.439.475	(10.879)	1.428.596
Particip. Financeira - Consumidor	242	119	-	183	86	198	828	-	828
Concessionárias e permissionárias:									
Ressarcimento - leilões de energia	14.063	-	-	-	-	-	14.063	-	14.063
Total - Circulante	2.399.071	674.474	89.495	209.421	344.700	1.335.726	5.052.887	(1.501.008)	3.551.879
Não Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	26.429	26.429	(185)	26.244
Total - não circulante	-	-	-	-	-	26.429	26.429	(185)	26.244
Total - circulante + não circulante	2.399.071	674.474	89.495	209.421	344.700	1.362.155	5.079.316	(1.501.193)	3.578.123

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2022
Nota	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial	587.131	486.309	82.413	168.761	299.657	1.091.086	2.715.357	(1.102.138)	1.613.219
Industrial	52.004	25.684	2.508	6.227	8.077	45.990	140.491	(212.023)	(71.532)
Comercial	224.344	83.721	8.211	16.233	29.052	89.573	451.134	(85.689)	365.445
Rural	248	203	19	52	50	214	786	(203)	583
Poderes Públicos	51.003	4.152	1.163	476	912	1.920	59.626	(1.614)	58.012
Iluminação pública	27.526	3.209	151	287	6.335	99	37.608	(306)	37.302
Serviço público	34.293	1.357	100	408	17	43	36.220	(255)	35.965
Serviço cobráveis	1.302	685	176	335	3	4	2.506	(326)	2.180
Encargos de uso da rede	-	4.241	-	-	-	113	4.355	-	4.355
Receita não faturada	1.333.189	-	-	-	-	-	1.333.189	(9.281)	1.323.908
Particip. Financeira - Consumidor	2	3.446	25	21	111	198	3.804	-	3.804
Concessionárias e permissionárias:									
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	2.345	-	-	-	-	-	2.345	-	2.345
Ressarcimento - leilões de energia	9.994	-	-	-	-	-	9.994	-	9.994
Total - Circulante	2.323.382	613.008	94.768	192.801	344.214	1.229.240	4.797.414	(1.411.835)	3.385.579
Não Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - não circulante	-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - circulante + não circulante	2.323.382	613.008	94.768	192.801	344.214	1.253.320	4.821.494	(1.412.047)	3.409.447

6.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Circulante			
Consumidores		985.854	912.203
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(495.483)	(467.223)
Saldo líquido de PECLD		490.371	444.980
Não circulante			
Consumidores		31.634	33.133
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(7.379)	(6.356)
Saldo líquido de PECLD		24.255	26.777
Total circulante + não circulante		514.626	471.757

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 31.03.2023
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	316.648	95.681	605.159	1.017.488
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(18.194)	(22.547)	(462.121)	(502.862)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	298.454	73.134	143.038	514.626

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 31.12.2022
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	282.334	90.432	572.570	945.336
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(9.556)	(30.078)	(433.945)	(473.579)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	272.778	60.354	138.625	471.757

6.3 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2022	Provisões	Perda	Saldo final 31.03.2023
Consumidores	6.1	(1.412.047)	(126.409)	37.263	(1.501.193)
Contas a receber - acordos	6.2	(473.579)	(39.206)	9.923	(502.862)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(27.440)	6.967	116	(20.357)
Outros créditos		(6.436)	(8.446)	-	(14.882)
Total		(1.919.502)	(167.094)	47.302	(2.039.294)
Circulante		(1.912.934)			(2.031.730)
Não circulante		(6.568)			(7.564)
Total		(1.919.502)			(2.039.294)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2021	Provisões	Perda	Saldo final 31.03.2022
Consumidores	6.1	(1.276.219)	(103.199)	43.079	(1.336.339)
Contas a receber - acordos	6.2	(389.559)	(10.560)	7.049	(393.070)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(4.634)	(4.816)	196	(9.254)
Outros créditos		(5.390)	(88)	-	(5.478)
Total		(1.675.802)	(118.663)	50.324	(1.744.141)
Circulante		(1.668.841)			(1.736.962)
Não circulante		(6.961)			(7.179)
Total		(1.675.802)			(1.744.141)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2023	31.03.2022
Provisão	(167.094)	(118.663)
Receita com recuperação de perdas	244	252
	(166.850)	(118.411)

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis**Imposto de renda e contribuição social compensáveis****Circulante**

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Contribuição social		2.773	-
Imposto de renda		(3.282)	-
Imposto de renda retido na fonte		48.209	-
Total		47.700	-

Outros tributos compensáveis**Circulante**

		31.03.2023	31.12.2022
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	927.580	967.515
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		132.751	124.570
ICMS - Compra de créditos		84.206	74.959
COFINS		42.134	31.282
PIS		10.402	7.493
INSS		122	122
Total		1.197.195	1.205.941

Não circulante

		31.03.2023	31.12.2022
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	3.638.706	4.019.996
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		88.268	93.291
Total		3.726.974	4.113.287
Total circulante + não circulante		4.924.169	5.319.228

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Subvenção baixa renda		21.449	21.906
Previsão ajuste CDE ciclo corrente		40.573	19.160
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente	8.1	4.693	9.386
Bônus - Redução Voluntária de consumo	8.2	2.339	2.339
		69.054	52.791

8.1 Em março de 2023, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

8.2 Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 245.640, restando um saldo de R\$ 2.339 a ser ressarcido.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

									Ativo		Passivo	
Nota	Saldos em 31.12.2022	Diferi-mentos	Amorti-zação	Recebimento bandeiras tarifárias	Remu-neração	Saldos em 31.03.2023	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais												
CVA Ativa e Passiva	526.448	(175.838)	(434.835)	392	7.547	(76.286)	(676.931)	600.645	861.686	145.362	(816.019)	(267.315)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	417.439	(77.152)	-	-	12.669	352.956	352.956	-	264.716	88.240	-	-
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	54.904	(21.915)	(27.442)	-	849	6.396	(20.802)	27.198	27.198	-	(15.604)	(5.198)
Transporte de energia pela rede básica	184.265	43.522	(30.945)	-	5.639	202.481	172.923	29.558	159.250	43.231	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	34.414	5.698	(8.045)	-	1.017	33.084	25.126	7.958	26.802	6.282	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	248.259	(43.217)	(90.855)	-	6.186	120.373	30.441	89.932	112.764	7.609	-	-
Custos de Aquisição de Energia	(416.452)	(131.445)	(172.812)	392	(16.855)	(737.172)	(1.080.814)	343.642	168.599	-	(682.845)	(222.926)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	3.619	48.671	(104.736)	-	(1.958)	(54.404)	(156.761)	102.357	102.357	-	(117.570)	(39.191)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(1.082.376)	135.953	153.846	(24.029)	21.705	(794.901)	(1.480.573)	685.672	1.026.377	315.749	(1.667.078)	(469.949)
Neutralidade da Parcela A	2.112	(40.522)	(3.969)	-	(562)	(42.941)	(42.140)	(801)	4.097	-	(35.279)	(11.759)
Sobrecontratação de energia	293.667	16.813	1.019	(21.826)	5.249	294.922	295.973	(1.051)	221.981	73.993	(1.052)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(36.425)	-	18.212	-	-	(18.213)	-	(18.213)	-	-	(18.213)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(318.728)	(20.829)	-	-	(10.801)	(350.358)	(350.358)	-	-	-	(262.769)	(87.589)
Risco hidrológico	(767.054)	(165.134)	213.372	-	(7.665)	(726.481)	(394.929)	(331.552)	-	-	(598.493)	(127.988)
Antecipação da parcela B	152.168	-	(76.084)	-	-	76.084	-	76.084	76.084	-	-	-
Bandeira escassez hídrica	273.980	134.519	-	-	6.540	415.039	415.039	-	415.039	-	-	-
Outros	9.1 (682.096)	211.106	1.296	(2.203)	28.944	(442.953)	(1.404.158)	961.205	309.176	241.756	(751.272)	(242.613)
Total	(555.928)	(39.885)	(280.989)	(23.637)	29.252	(871.187)	(2.157.504)	1.286.317	1.888.063	461.111	(2.483.097)	(737.264)

9.1 – CDE Eletrobrás e Decreto 10.665 Itaipu

i) Constituição de CDE Eletrobrás - referentes aos valores aportados de acordo com o Despacho Nº 1.959/2022, de 21 de julho de 2022 no montante total de R\$ 521.434. No período de janeiro de 2023 a março de 23 foi constituído o montante de R\$ 131.292.

ii) Constituição Itaipu: conforme a Resolução Normativa nº 3.093/22, de 16 de agosto de 2022 referente ao excedente de recursos da conta de comercialização de Itaipu repassado as distribuidoras no valor de R\$ 235.200. No período de janeiro de 2023 a março de 23 foi constituído o montante de R\$ 61.004.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

										Ativo		Passivo	
	Nota	Saldos em 31.12.2021	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remu- neração	Saldos em 31.03.2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais													
CVA Ativa e Passiva		2.352.146	555.760	(329.034)	(897.533)	60.332	1.741.671	1.342.919	398.752	2.141.783	581.300	(742.712)	(238.700)
Energia Itaipu - custo/variação cambial		779.036	71.566	-	-	17.496	868.098	868.098	-	668.811	222.937	(17.738)	(5.912)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA		14.558	47.920	(6.712)	-	1.396	57.162	49.398	7.764	44.808	12.354	-	-
Transporte de energia pela rede básica		65.251	32.727	(630)	-	1.567	98.915	98.017	898	74.414	24.501	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu		33.913	6.783	(7.038)	-	743	34.401	25.989	8.412	27.900	6.501	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(89.233)	264.726	(11.885)	-	1.558	165.166	153.084	12.082	126.887	38.279	-	-
Custos de Aquisição de Energia		562.725	(273.843)	(299.098)	(575.502)	19.357	(566.361)	(932.349)	365.988	384.848	6.553	(724.974)	(232.788)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		985.896	405.881	(3.671)	(322.031)	18.215	1.084.290	1.080.682	3.608	814.115	270.175	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(568.406)	283.492	170.253	-	(26.124)	(140.785)	250.859	(391.644)	960.087	301.670	(1.170.486)	(232.056)
Neutralidade da Parcela A		12.679	1.194	5.898	-	382	20.153	29.591,00	(9.438)	19.682	6.562	(6.091)	-
Sobrecontratação de energia		112.729	79.808	(53.399)	-	(1.089)	138.049	83.843	54.206	117.088	20.961	-	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(109.272)	-	18.212	-	-	(91.060)	-	(91.060)	-	-	(312.275)	221.215
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(209.796)	(20.712)	-	-	(5.455)	(235.963)	(235.963)	-	-	-	-	(235.963)
Risco hidrológico		(797.339)	(203.758)	193.370	-	(11.839)	(819.566)	(480.656)	(338.910)	-	-	(662.964)	(156.602)
Antecipação da parcela B		140.000	70.000	-	-	-	210.000	210.000	-	157.500	52.500	-	-
Outros		282.593	356.960	6.172	-	(8.123)	637.602	644.044	(6.442)	665.817	221.647	(189.156)	(60.706)
Total		1.783.740	839.252	(158.781)	(897.533)	34.208	1.600.886	1.593.778	7.108	3.101.870	882.970	(1.913.198)	(470.756)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contratos de concessão público – privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Ativo contratual	10.1	992.249	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	10.2	7.916.598	7.426.895
Ativo intangível da concessão	10.3	4.066.789	3.837.039
Imobilizado não vinculado à concessão	10.4	19.780	-
Total dos contratos de concessão público - privado		12.995.416	12.698.513

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 0,92% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2023 (3,64% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável. A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.242.961	(192.182)	1.050.779
Adições		356.483	(54.802)	301.681
Transferências para intangível da concessão	10.3	(143.125)	2.837	(140.288)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(172.088)	8.869	(163.219)
Saldos em 31 de março de 2022		1.284.231	(235.278)	1.048.953
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.463.594	(29.015)	1.434.579
Adições		381.511	(27.879)	353.632
Transferências para intangível da concessão	10.3	(491.790)	43.663	(448.127)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(312.212)	(15.529)	(327.741)
Transferências para o imobilizado não vinculado		(20.094)	-	(20.094)
Saldos em 31 de março de 2023		1.021.009	(28.760)	992.249

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

Em 31 de março de 2023 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	31.03.2023	31.03.2022
Saldo inicial		7.426.895	6.317.532
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	327.741	163.219
Baixas	24	(11.887)	(8.518)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	173.849	149.402
Saldo final	10.2.1	7.916.598	6.621.635

10.2.1. O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o trimestre findo em 31 de março de 2023.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

10.3 Intangível da concessão

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	31.03.2023	31.12.2022
Ativo intangível - custo	9.367.533	8.932.714
Amortização acumulada	(5.300.744)	(5.095.675)
Total do ativo intangível da concessão	4.066.789	3.837.039

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.233.650	(977.718)	8.255.932	(4.431.068)	3.824.864
Adições		5.051	-	5.051	(188.883)	(183.832)
Baixas		(44.709)	-	(44.709)	36.278	(8.431)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	16.540	16.540
Transferências do ativo contratual	10.1	143.125	(2.837)	140.288	-	140.288
Saldos em 31 de março de 2022		9.337.117	(980.555)	8.356.562	(4.567.133)	3.789.429
Saldos em 31 de dezembro de 2022		9.975.932	(1.043.218)	8.932.714	(5.095.675)	3.837.039
Adições		3.123	-	3.123	(235.625)	(232.502)
Baixas		(16.431)	-	(16.431)	11.630	(4.801)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	18.926	18.926
Transferências do ativo contratual	10.1	491.790	(43.663)	448.127	-	448.127
Saldos em 31 de março de 2023		10.454.414	(1.086.881)	9.367.533	(5.300.744)	4.066.789

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

10.4 Imobilizado não vinculado à concessão

O imobilizado da distribuidora refere-se a máquinas e equipamentos que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica.

Ativos imobilizado**31.03.2023**

Máquinas e equipamentos

20.094

Amortização acumulada

(314)

Total do ativo imobilizado**19.780**

A movimentação do ativo imobilizado no exercício é como segue:

	Nota	Máquinas e equipamentos - custo	Amortização acumulada	Total dos ativos não vinculados à concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2022		-	-	-
Adições		-	(314)	(314)
Baixas		-	-	-
Transferências do ativo contratual	10.1	20.094	-	20.094
Saldos em 31 de março de 2023		20.094	(314)	19.780

11. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 28.1.1.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Circulante			
Itaipu		110.268	177.979
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		62.298	47.202
Suprimento de energia elétrica		778.780	935.838
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	27	4.147	4.336
Energia livre		75.596	73.216
Encargos de uso de rede elétrica		316.714	309.639
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	27	1.524	1.482
Total energia		1.349.327	1.549.692
Materiais e serviços		1.161.571	732.968
Materiais e serviços - partes relacionadas	27	211.314	492.835
Total Fornecedores		2.722.212	2.775.495

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o período findo em 31 de março de 2023, o montante destas operações é de R\$ 36.993 (R\$ 103.936 em 31 de dezembro de 2022).

12. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

12.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			31.03.2023								Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante				
Ref.	Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<u>Moeda nacional</u>											
FINEP 2 (i)	b.1	2024	TJLP+5,00	35	14.180	-	14.215	1.228	-	1.228	15.443
BNP 4131 IV (ii)	b.5	2024	BRL + 8,41% a.a.	6.165	-	-	6.165	278.526	-	278.526	284.691
Total - Moeda nacional				6.200	14.180	-	20.380	279.754	-	279.754	300.134
<u>Moeda estrangeira</u>											
BNP 4131 II	b.2	2024	USD + 1,71% a.a.	236	225.590	-	225.826	-	-	-	225.826
BNP 4131 III	b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	3.831	-	-	3.831	428.622	-	428.622	432.453
SCOTIABANK 4131 II	b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	1.734	-	-	1.734	202.115	-	202.115	203.849
SCOTIABANK 4131 III	b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	661	-	-	661	285.405	-	285.405	286.066
MUFG 4131	b.7	2024	USD + 1,95% a.a.	251	-	-	251	198.221	-	198.221	198.472
SCOTIABANK 4131 IV	b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	571	-	-	571	395.021	-	395.021	395.592
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	b.10	2037	USD + 3,76% a.a.	432	-	-	432	125.333	-	125.333	125.765
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	b.11	2037	USD + 3,61% a.a.	1.657	-	-	1.657	495.860	(416)	495.444	497.101
Total - Moeda estrangeira				9.373	225.590	-	234.963	2.130.577	(416)	2.130.161	2.365.124
Total - Empréstimos e financiamentos				15.573	239.770	-	255.343	2.410.331	(416)	2.409.915	2.665.258
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	b.9	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	60.235	305.000	(51)	365.184	-	-	-	365.184
Total - Notas promissórias				60.235	305.000	(51)	365.184	-	-	-	365.184
Total da Dívida				75.808	544.770	(51)	620.527	2.410.331	(416)	2.409.915	3.030.442

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			31.12.2022							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencim ento	Taxa efetiva a.a (%)(ii)		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:										
<u>Moeda nacional</u>										
	2024	TJLP+5,00	43	13.848	-	13.891	4.839	-	4.839	18.730
	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	274.807	-	274.807	274.875
Total - Moeda nacional			111	13.848	-	13.959	279.646	-	279.646	293.605
<u>Moeda estrangeira</u>										
	2024	USD + 1,71% a.a.	1.236	-	-	1.236	229.652	-	229.652	230.888
	2024	USD + 1,97% a.a.	1.747	-	-	1.747	436.339	-	436.339	438.086
	2025	USD + 2,31% a.a.	580	-	-	580	205.755	-	205.755	206.335
	2026	USD + 2,61% a.a.	2.607	-	-	2.607	290.545	-	290.545	293.152
	2024	USD + 1,95% a.a.	1.310	-	-	1.310	201.791	-	201.791	203.101
	2025	USD + 2,37% a.a.	2.985	-	-	2.985	402.135	-	402.135	405.120
	2037	USD + 3,76% a.a.	1.716	-	-	1.716	125.563	-	125.563	127.279
	2037	USD + 3,61% a.a.	6.584	-	-	6.584	496.766	(423)	496.343	502.927
Total - Moeda estrangeira			18.765	-	-	18.765	2.388.546	(423)	2.388.123	2.406.888
Total - Empréstimos e financiamentos			18.876	13.848	-	32.724	2.668.192	(423)	2.667.769	2.700.493
<u>Notas Promissórias</u>										
	c.9	2023	47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	-	352.681
Total - Notas promissórias			47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	-	352.681
Total da Dívida			66.760	318.848	(203)	385.405	2.668.192	(423)	2.667.769	3.053.174

- (i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.
- (ii) Os contratos European Investment Bank (BEI) 26 MUSD, European Investment Bank (BEI) 104 MUSD e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: Para a FINEP a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 19.568, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 1,30%a.a.; para a dívida do European Investment Bank (BEI) conta com garantia da Enel SpA com taxa de 0,52%a.a., e para a dívida do European Investment Bank (BEI) Enel SpA na modalidade SACE com taxa de 0,52%a.a.

12.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 31 de março de 2023:

Nenhuma movimentação no período.

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes em 31 de março de 2023:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	FINEP - 2º Protocolo FINEP - 2º	R\$ 55.301 R\$ 41.448	Agosto de 2014 novembro de 2017	TJLP - 1% TJLP - 1%	Mensal Mensal	Mensal (a partir de abril/2017)	abril de 2024 abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.2	BNP 4131 II	R\$ 250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71%	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
b.3	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
b.4	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maio de 2021	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
b.5	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
b.6	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
b.7	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95%	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
b.8	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
b.9	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	R\$ 305.000	abril de 2023	Reforço de capital de giro
b.10	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	R\$ 134.654	Setembro de 2022	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.11	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	R\$ 538.616	Setembro de 2022	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados durante o período findo em 31 de março de 2023:

Nenhuma movimentação no período.

d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o período findo em 31 de março de 2023:

Nenhuma movimentação no período.

12.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	365.184	12%	352.681	12%
TJLP	15.443	1%	18.730	1%
Taxa fixa	284.691	9%	274.875	9%
Moeda estrangeira				
Dólar	2.365.124	78%	2.406.888	79%
Total	3.030.442	100%	3.053.174	100%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.4 Em 31 de março de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Empréstimos e financiamentos	Custos a amortizar	Total
2024	1.503.736	(26)	1.503.710
2025	336.659	(31)	336.628
2026	51.254	(31)	51.223
2027	51.254	(31)	51.223
2028 em diante	467.428	(297)	467.131
	2.410.331	(416)	2.409.915

12.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.03.2023
Indexador	%
CDI (*)	12,65
SELIC (*)	12,65
TJLP (*)	7,37
IPCA (**)	5,79
Dólar (*)	5,22

(*) Índice do último dia do período.

(**) Índice acumulado no período findo em 31 de março de 2023

12.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

		Efeito caixa		Efeito não caixa						
Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial	Atividade de financiamento		Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movi- mentações	Saldo final
	31.12.2022	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	18.730	(3.688)	(226)	113	216	-	-		298	15.443
BNP II	230.888	-	(1.952)	-	968	-	(4.078)	-	-	225.826
BNP 4131 III	438.086	-	-	-	2.122	-	(7.755)	-	-	432.453
SCOTIABANK 4131 II	206.335	-	-	-	1.167	-	(3.653)	-	-	203.849
BNP 4131 IV	274.875	-	-	-	6.097	3.719	-	-	-	284.691
SCOTIABANK 4131 III	293.152	-	(3.798)	-	1.861	-	(5.149)	-	-	286.066
MUFG 4131	203.101	-	(2.070)	-	1.029	-	(3.588)	-	-	198.472
SCOTIABANK 4131 IV	405.120	-	(4.716)	-	2.340	-	(7.152)	-	-	395.592
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	127.279	-	(2.547)	-	1.255	2.171	(2.393)	-	-	125.765
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	502.927	-	(9.775)	-	4.820	8.694	(9.572)	7	-	497.101
Total - Empréstimos e financiamentos	2.700.493	(3.688)	(25.084)	113	21.875	14.584	(43.340)	7	298	2.665.258
Notas Promissórias										
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	352.681	-	-	-	12.351	-	-	152	-	365.184
Total - Notas Promissórias	352.681	-	-	-	12.351	-	-	152	-	365.184
Total da dívida	3.053.174	(3.688)	(25.084)	113	34.226	14.584	(43.340)	159	298	3.030.442

12.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (EBITDA) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) impairment de ativos e direitos.

Em 31 de março de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

13. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 28.1.1.

13.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

				31.03.2023							
				Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Debêntures	Ref.	Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	b.1	2023	112,85% CDI	5.529	697.974	(487)	703.016	-	-	-	703.016
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 1,16%	36.803	-	-	36.803	700.000	(3.904)	696.096	732.899
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 5,05%	15.119	-	-	15.119	970.808	(10.874)	959.934	975.053
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	16.054	-	-	16.054	774.594	(22.800)	751.794	767.848
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	41.935	-	-	41.935	575.000	(762)	574.238	616.173
Debêntures - 27ª Emissão (i)	b.5	2032	100% CDI + 0,82%	22.789	-	-	22.789	854.988	(24.796)	830.192	852.981
Total				138.229	697.974	(487)	835.716	3.875.390	(63.136)	3.812.254	4.647.970

31.12.2022											
				Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Debêntures		Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)		2023	112,85% CDI	30.135	697.974	(747)	727.362	-	-	-	727.362
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)		2025	100% CDI + 1,16%	12.187	-	-	12.187	700.000	(4.471)	695.529	707.716
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)		2026	100% IPCA + 5,05%	4.955	-	-	4.955	932.877	(11.640)	921.237	926.192
Debêntures - 25ª Emissão (i)		2031	100% IPCA + 4,26%	7.062	-	-	7.062	746.975	(23.505)	723.470	730.532
Debêntures - 26ª Emissão		2028	100% CDI + 1,64%	20.088	-	-	20.088	575.000	(796)	574.204	594.292
Debêntures - 27ª Emissão (i)		2032	100% CDI + 0,82%	10.008	-	-	10.008	829.945	(25.479)	804.466	814.474
Total				84.435	697.974	(747)	781.662	3.784.797	(65.891)	3.718.906	4.500.568

(i) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A.

13.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidas durante o período findo em 31 de março de 2023:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nenhuma movimentação no período.

b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes em 31 de março de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	23ª EMISSÃO (2ª série) não conversível	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974 697.974	setembro de 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.
b.2	24ª Emissão (1ª Série) não conversível	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	350.000 350.000	maio de 2024 maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série) não conversível	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	800.000	maio de 2026	
b.3	DEBÊNTURES 25ª EMISSÃO não conversível	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	245.060 245.059 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.4	DEBÊNTURES 26ª EMISSÃO não conversível	R\$ 575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64%	Anual	287.500 287.500	outubro de 2027 outubro de 2028	Reforço de capital de giro
b.5	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO não conversível	R\$ 800.000	12/05/2022	CDI + 0,82%	Semestral	266.666 266.666 266.667	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

c) Obtidos em períodos anteriores e liquidados durante o período findo em 31 de março de 2023:

Nenhuma movimentação no período.

13.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.052.088	44%	2.029.370	45%
IPCA	2.595.882	56%	2.471.198	55%
Total	4.647.970	100%	4.500.568	100%

13.4 Em 31 de março de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2024	350.000	(8.533)	341.467
2025	350.000	(15.094)	334.906
2026	970.809	(9.425)	961.384
2027	287.500	(6.449)	281.051
2028 em diante	1.917.081	(23.635)	1.893.446
	3.875.390	(63.136)	3.812.254

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.5 Movimentações das debêntures:

		Efeito caixa	Efeito não caixa				
	Saldo inicial	Atividade de financiamento	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Amortização custos de transação	Saldo final
	31.12.2022	Pagamento de encargos financeiros					
Debêntures - 23ª emissão	727.362	(50.523)	-	25.918	-	259	703.016
Debêntures - 24ª emissão 1ª serie	707.716	-	-	24.616	-	567	732.899
Debêntures - 24ª emissão 2ª serie (i)	926.192	-	22.357	10.164	15.575	765	975.053
Debêntures - 25ª emissão (i)	730.532	-	18.460	8.992	9.159	705	767.848
Debêntures - 26ª Emissão	594.292	-	-	21.847	-	34	616.173
Debêntures - 27ª Emissão (i)	814.474	-	17.844	12.783	7.198	682	852.981
Total	4.500.568	(50.523)	58.661	104.320	31.932	3.012	4.647.970

14. Obrigações por arrendamento

Os saldos em 31 de março de 2023 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

Obrigações por arrendamentos	31.03.2023	31.12.2022	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros a.a.
Terrenos	1.018	1.421	31/01/2024	9	Mensal	de 7,55% a.a até 9,86% a.a
Imóveis	79.048	82.625	30/06/2031	22	Mensal	de 7,17% a.a até 16,75% a.a
Veículos e outros meios de transporte	141.729	154.200	31/01/2027	22	Mensal	de 10,22% a.a até 13,01% a.a
Total	221.795	238.246		53		
Circulante	49.406	55.424				
Não circulante	172.389	182.822				
Total	221.795	238.246				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.03.2023		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2023	73.514	(24.108)	49.406
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	227.458	(55.069)	172.389
Até 2 anos - 2024	61.171	(17.405)	43.766
Até 3 anos - 2025	60.830	(13.947)	46.883
Até 4 anos - 2026	49.060	(8.613)	40.447
2027 em diante	56.397	(15.104)	41.293
Total circulante e não circulante	300.972	(79.177)	221.795

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	161.138	2.375	97.248	2.588	263.349
Remensuração	(26.393)	-	-	-	(26.393)
Amortizações	(5.848)	(1.424)	(9.529)	(344)	(17.145)
Saldos em 31 de março de 2022	128.897	951	87.719	2.244	219.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83.021	1	139.252	1.213	223.487
Remensuração	-	-	-	-	-
Amortizações	(4.712)	-	(15.072)	(344)	(20.128)
Saldos em 31 de março de 2023	78.309	1	124.180	869	203.359

Obrigações por arrendamentos

Saldo inicial 31.12.2022	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 31.03.2023
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	
			Amortização de principal	Pagamento de juros	
238.245	-	6.977	(16.450)	(6.977)	221.795
238.245	-	6.977	(16.450)	(6.977)	221.795

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 31.03.2022
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	
			Amortização de principal	Pagamento de juros	
280.062	(33.553)	3.475	(14.321)	(4.354)	231.309
280.062	(33.553)	3.475	(14.321)	(4.354)	231.309

15. Obrigações fiscais

15.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31.03.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Imposto de renda	-	168.418
Contribuição social	-	52.510
Total	-	220.928

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 outros tributos a pagar

Outros tributos a pagar:	31.03.2023	31.12.2022
<u>Circulante</u>		
Tributos Federais		
PIS	18.529	16.745
COFINS	85.921	79.106
INSS	12.090	12.634
IRRF	18.959	1.029
Outros	5.823	6.610
Subtotal - Federais	141.322	116.124
Tributos Estaduais		
ICMS	383.540	359.932
Subtotal - Estaduais	383.540	359.932
Tributos Municipais		
ISS	2.820	2.757
Subtotal - Municipais	2.820	2.757
Total - Outros tributos a pagar	527.682	478.813

16. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
<u>CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento	16.1	195.934	189.672
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	16.1	4.522	3.220
Ministério de Minas e Energia	16.1	2.261	1.610
Eficiência energética	16.1	321.719	305.240
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		46.385	46.385
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.629	2.629
Outros encargos		147	148
Total		573.597	548.904
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento	16.1	97.848	103.519
Total		97.848	103.519

16.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações com benefícios pós-emprego

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.03.2023	31.12.2022
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	6.184.701	6.305.702
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	101.804	98.008
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	101.804	98.008
 Total obrigações com benefícios pós-emprego	 6.286.505	 6.403.710
 Circulante	 8.235	 8.235
Não circulante	6.278.270	6.395.475
Total	6.286.505	6.403.710

17.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”),

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensas as contribuições e os pagamentos de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. No encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2023, a PREVIC não havia concluído a sua avaliação.

17.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.03.2023	31.12.2022
Confissão de dívida Ila	381.976	391.330
Confissão de dívida Ilb	198.270	203.126
Contrato de ajustes de reserva matemática	6.314.725	5.695.931
Total dos contratos	6.894.971	6.290.387
Diferença entre premissas	(710.270)	15.315
Total registrado	6.184.701	6.305.702

17.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

17.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

a) **Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2023	31.12.2022
Saldo inicial	6.403.710	6.666.506
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	1.426	5.928
Juros líquidos conforme laudo atuarial	153.406	593.951
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(272.037)	(958.691)
Ajustes de avaliação atuarial	-	96.016
Saldo final	6.286.505	6.403.710

b) Despesas reconhecidas no resultado do período:

	31.03.2023	31.12.2022
Capitalização para infraestrutura em construção	271	1.469
Outras contribuições - Contribuição definida	(2.089)	(8.659)
Despesas no exercício com entidade de previdência privada	(1.818)	(7.190)
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS		(5.928)
Despesas no exercício com benefícios pós-emprego	(1.818)	(13.118)
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	-	(1.324.538)
Rendimento esperado dos ativos do plano	153.406	730.587
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	153.406	(593.951)
Total das despesas nos períodos	151.588	(607.069)

18. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados, a Companhia efetuou o pagamento da 4ª parcela em junho de 2022, no montante de R\$ 394.640.

A seguir é apresentado o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal + correção
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	367.246
Junho de 2024	2ª - Advogados	60.095
		427.341

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2023, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

19.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo	
	Saldo inicial 31.12.2022	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2023	Depósitos vinculados 31.03.2023
Processos trabalhistas (a)	320.224	19.848	11.322	(17.745)	(10.466)	323.183	101.958
Processos cíveis (b)	314.848	19.683	(3.291)	(10.529)	(10.084)	310.627	19.241
Processos regulatórios (c)	121.834	-	1.577	-	(2.914)	120.497	-
Processos fiscais (d)							
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (c.1)	173.254	-	1.435	(174.689)	-	-	184.532
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (c.2)	211.591	6.023	4.956	-	-	222.570	-
Outros processos fiscais (c.3)	4.725	186.038	75	(186.038)	-	4.800	775
Processos ambientais (e)	5.416	194	104	(194)	-	5.520	-
Outros processos	8.775	-	9	-	-	8.784	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	1.160.667	231.786	16.187	(389.195)	(23.464)	995.981	121.974
Outras provisões (f)	15.119	-	-	(4.375)	-	10.744	-
Total	1.175.786	231.786	16.187	(393.570)	(23.464)	1.006.725	-
Circulante	186.069					180.438	
Não circulante	989.717					826.287	
Total	1.175.786					1.006.725	

	Passivo					Ativo	
	Saldo inicial 31.12.2021	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2022	Depósitos vinculados 31.12.2022
Processos trabalhistas	303.668	46.907	24.447	(48.906)	(5.892)	320.224	102.724
Processos cíveis	257.315	101.697	48.529	(48.582)	(44.111)	314.848	13.886
Processos regulatórios	131.168	-	9.822	-	(19.156)	121.834	-
Processos fiscais							
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	159.535	-	14.695	(976)	-	173.254	184.532
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	176.245	18.310	17.036	-	-	211.591	-
Outros processos fiscais	4.410	303	245	(232)	(1)	4.725	762
Processos ambientais	5.126	1.761	290	(1.761)	-	5.416	-
Outros processos	8.751	-	24	-	-	8.775	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	1.046.218	168.978	115.088	(100.457)	(69.160)	1.160.667	301.904
Outras provisões	34.417	-	-	(19.298)	-	15.119	-
Total	1.080.635	168.978	115.088	(119.755)	(69.160)	1.175.786	-
Circulante	186.090					186.069	
Não circulante	894.545					989.717	
Total	1.080.635					1.175.786	

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 1276 processos (1188 em 31 de dezembro de 2022), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 8 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2022) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 no âmbito judicial e 3 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL.

b.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 04/05/2020	20.200	10.168
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 30/09/2020	15.446	7.429
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	31.972	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	4.066	35.092
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável em 08/10/2021	19.866	57.031
Total				91.550	109.720

AI nº 0015/TN170 - Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Companhia estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Companhia teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 3 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recurso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Companhia apresentou recurso contra a decisão. Em 23 de setembro de 2022 nosso recurso (Agravado Interno) foi rejeitado. Em 13 de novembro de 2022 foi negado seguimento ao nosso Agravo em Recurso Extraordinário. Em 22 de novembro de 2022 apresentamos Agravo Interno que está pendente de julgamento.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 4 de dezembro de 2018 a Companhia foi citada nos autos de execução fiscal em que a ANEEL pretende a satisfação do valor correspondente à referida multa. Em 18 de dezembro de 2018 a Companhia opôs exceção de pré-executividade requerendo a extinção ou, subsidiariamente, a suspensão da Execução Fiscal, uma vez que há decisão vigente, proferida nos autos das Medidas Cautelares supramencionadas, suspendendo exigibilidade do débito. Aneel requereu, o que foi deferido, a suspensão da execução fiscal. Considerando o recebimento da execução fiscal e diante da restrição da possibilidade de ampla argumentação do caso nas instâncias superiores, em dezembro de 2018 a probabilidade de perda da ação passou a ser classificada como provável.

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

R\$31.971.654,12 provável

O montante de R\$ 107.907 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

b.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 a 2010	Março de 2023	encerrado	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração	Aguardando decisão	13.914	2.992
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes	Aguardando decisão	13.270	3.389
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento DEC e FEC 2021	Protocolado interposição de recurso	-	64.830
				Outros	-
				Total	71.211

Em cumprimento ao Despacho nº 1.253, de 10 de maio de 2022, a Companhia no dia 6 de junho de 2022, realizou o pagamento da multa no valor total de R\$19.156 com as devidas atualizações financeiras, decorrente do Auto de Infração nº 1008/2018/SFE. Em 24 de junho de 2022, a ANEEL, por meio do Termo de Encerramento (TE nº: 0026/2022-SFE) registrou o encerramento do processo administrativo punitivo em razão do recolhimento da multa.

Auto de Infração - AI nº 12/2022 - Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu AI sobre qualidade do fornecimento DEC e FEC 2021 com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica, com a aplicação de multa no valor de R\$ 95.872. Entretanto, no dia 3 de agosto de 2022 foi apresentada interposição de recurso, e aguarda manifestação da ANEEL. Em 13 de março de 2023, pelo Memorando nº 42/2023-SFE/ANEEL5, a SFE apresentou a reavaliação do Recurso Administração com a recomendação da desconsideração da reincidência e a concessão de um abrandamento discricionário de 25%. Adicionalmente, a Superintendência sugeriu a alteração da penalidade de multa aplicada do valor de R\$ 95.872 para o valor de R\$ 53.701. Para o referido AI, nenhum montante foi provisionado.

O montante de R\$ 71.209 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário. Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto e a decisão está sendo replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em fevereiro de 2023 foi efetivada a conversão em renda da União Federal dos valores depositados e o processo encerrado.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Valor estimado da contingência	
		31.03.2023	31.12.2022
Processos cíveis		1.443.359	1.275.185
Processos cíveis diversos		1.443.359	1.275.185
Ações Anulatórias – multas de trânsito		14.904	Não determinado
Autos de Infração – Fundação Procon – SP		26.732	Não determinado
Execuções fiscais – multa postural		299.447	Não determinado
Outros processos cíveis		1.102.276	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias		Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios		1.982.775	1.943.660
Devolução tarifária - Base Blindada		1.388.914	1.358.173
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)		204.490	201.366
Autos de Infração - Indicadores de continuidade		116.523	114.577
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)		101.107	99.603
(a.1)	Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	100.581	99.844
Outros processos regulatórios		71.160	70.097
Processos fiscais		4.042.719	3.970.604
CSLL – base negativa		164.587	162.687
Execuções fiscais municipais – diversas		114.371	107.325
PIS – Estatuto da decadência		254.169	252.339
COFINS – anistia		168.648	167.557
COFINS – Multa de Ofício		70.786	70.786
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos		208.822	205.400
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão		184.339	182.433
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988		697.492	690.878
FINSOCIAL		246.093	242.693
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)		175.000	172.298
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado		191.480	187.735
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015		218.857	212.452
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes		79.903	78.060
(b.1)	Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	284.648	277.589
Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica		49.680	48.092
IRPJ/CSLL - Goodwill		787.629	772.666
Outros processos fiscais		55.206	54.885
Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST		91.009	84.729
Processos trabalhistas		800.891	815.109
Ação Civil Pública – Terceirização		Não determinado	Não determinado
Ações de periculosidade - Sede barueri		-	-
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		122.619	121.325
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais		62.430	61.812
Contribuição Previdenciária – SAT		51.148	49.892
Outros processos trabalhistas		564.694	582.080

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 19.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(a) Processos regulatórios:

(a.1) Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1ª instância ocorrida em fevereiro de 2002. Em 26 de maio de 2022, o Recurso Especial interposto pela ANEEL foi desprovido. Em 23 de agosto de 2022, a ANEEL entrou com Agravo Interno. Em 04 de novembro de 2022 o STJ

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negou provimento ao Agravo Interno da ANEEL. Em 13 de fevereiro de 2023 a decisão favorável à Companhia transitou em julgado, razão pela qual retiraremos esse caso no próximo trimestre.

(b) Processos fiscais:

(b.1) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos Tratam-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços e autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos. Em março de 2023 um dos autos de infração, no valor de R\$ 22.596, foi julgado parcialmente procedente em segunda instância administrativa e a Companhia aguarda a publicação da decisão.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A companhia possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Aguarda-se julgamento. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R\$ 1.625.000– mais informações vide nota explicativa nº 3.1. O total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 1.903.423.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de março de 2023 o total compensado de R\$ 3.060.418 (R\$ 245.358 em 31 de março de 2022).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	7	927.580	967.515
<u>Ativo não circulante</u>	7	3.638.706	4.019.996
Total Ativo		4.566.286	4.987.511
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		795.682	967.515
<u>Passivo não circulante</u>		4.479.536	4.629.959
Total Passivo		5.275.218	5.597.474
		31.03.2023	31.03.2022
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		94.966	54.176
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(94.966)	(54.176)
Efeito líquido no resultado antes de IRCS		-	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2021	5.931.750	7.140.284
Atualização	54.176	-
Compensações	(245.358)	-
Saldo em 31.03.2022	5.740.568	7.140.284
Saldo em 31.12.2022	4.987.511	5.597.474
Adições	-	-
Atualização	94.966	94.966
Compensações	(516.191)	-
Devolução aos consumidores	-	(417.222)
Saldo em 31.03.2023	4.566.286	5.275.218

21. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2023 e 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição acionária

	31.03.2023		31.12.2022	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista:				
ENEL Brasil S.A.	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social. Em 31 de março de 2023 o saldo da reserva legal é R\$ 196.766.

d) Reserva especial gerada por incorporações

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 26.

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Reserva especial - gerada por incorporações	26	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Ajuste de avaliação patrimonial		904.936	928.643
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(307.680)	(315.740)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		597.256	612.903
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(7.239.980)	(7.239.980)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		28.514	28.514
Outros resultados abrangentes - derivativo	29	(144.440)	(125.866)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.501.008	2.494.693
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.854.898)	(4.842.639)
Total registrado no patrimônio líquido		(4.257.642)	(4.229.736)

22. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022:

	31.03.2023	31.03.2022
Numerador:		
Lucro líquido do período	552.851	327.168
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	2,79971	1,65682

Não houve movimentação de ações nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

Nota	31.03.2023			31.03.2022		
	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica	23.1					
Classe de consumidores:						
Residencial	7.341.621	4.272.847	2.791.094	7.143.592	4.075.493	3.173.866
Industrial	24.720	453.928	168.190	24.725	487.076	262.253
Comercial	413.894	2.114.987	1.371.714	405.555	2.080.905	1.474.231
Rural	549	8.017	2.591	556	7.893	2.683
Poder público	14.658	278.613	136.733	15.679	266.304	159.566
Iluminação pública	1.640	120.961	39.859	2.465	123.967	70.075
Serviço público	1.149	94.418	17.855	1.379	93.792	38.634
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.420.704)	-	-	(2.517.567)
Subtotal - fornecimento	7.798.231	7.343.771	1.107.332	7.593.951	7.135.430	2.663.741
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.3	-	1.439.475	-	-	1.353.404
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	3.420.704	-	-	2.517.567
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	3.264	3.233.930	2.929	3.146.884	538.845
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(24.617)	-	-	(20.962)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	417.279	10.331	-	272.135	6.368
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	7.192
Receita de construção	23.4	-	353.632	-	-	301.681
Aluguel de poste	-	-	52.019	-	-	41.623
Receitas com partes relacionadas	27	-	-	-	-	83
Outras receitas	23.5	-	10.803	-	-	11.988
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.801.495	10.994.980	7.021.794	7.596.880	10.554.449	7.421.530
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.6	-	195.909	-	-	134.355
Ativo e passivo financeiro setorial	23.7	-	97.514	-	-	690.347
Atualização do ativo financeiro da concessão	10	-	173.850	-	-	149.402
Total outras receitas	-	-	467.273	-	-	974.104
Receita operacional bruta	7.801.495	10.994.980	7.489.067	7.596.880	10.554.449	8.395.634
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(43.265)	-	-	(40.925)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(885.137)	-	-	(948.578)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(47.369)	-	-	(30.173)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	35	-	-	(969.974)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.888)	-	-	(7.087)
ICMS	-	-	(1.060.899)	-	-	(1.298.786)
COFINS - corrente	23.8	-	(461.498)	-	-	(437.824)
PIS - corrente	23.8	-	(100.073)	-	-	(94.934)
ISS	23.8	-	(80)	-	-	(90)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.606.174)	-	-	(3.828.371)
Receita líquida	7.801.495	10.994.980	4.882.893	7.596.880	10.554.449	4.567.263

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nota	31.03.2023				
	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(1.818.577)	-	-	(1.818.577)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1	(741.336)	-	-	(741.336)
Pessoal e administradores	-	(113.802)	(36.648)	-	(150.450)
Entidade de previdência privada	17	(1.401)	(417)	-	(1.818)
Serviços de terceiros	-	(178.319)	(57.220)	-	(235.539)
Material	-	(9.119)	912	-	(8.207)
Custo de construção	24	(353.632)	-	-	(353.632)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(120.762)	-	(120.762)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(46.088)	-	(46.088)
Provisão para processos judiciais e outros	19	(279)	(16.068)	-	(16.347)
Depreciação e amortização	10	(162.820)	(63.164)	-	(225.984)
Receita de multas por impontualidade de clientes	24.2	(301)	-	34.334	34.033
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(69.981)	-	3.317	(66.664)
Total	(3.449.567)	(166.850)	(172.605)	37.651	(3.751.371)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	31.03.2022				
	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(1.806.496)	-	-	(1.806.496)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1	(916.144)	-	-	(916.144)
Pessoal e administradores		(106.112)	(31.085)	-	(137.197)
Entidade de previdência privada	17	(1.201)	(333)	-	(1.534)
Serviços de terceiros		(185.036)	(65.936)	-	(250.972)
Material		(6.303)	2.383	-	(3.920)
Custo de construção	24	(301.681)	-	-	(301.681)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(69.406)	-	(69.406)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(49.005)	-	(49.005)
Provisão para processos judiciais e outros	19	(5.542)	(16.567)	-	(22.109)
Depreciação e amortização	10	(139.007)	(39.715)	-	(178.722)
Receita de multas por impontualidade de clientes	24.2	(1.875)	-	35.746	33.871
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(48.276)	-	10.255	(38.021)
Total		(3.517.673)	(118.411)	(151.253)	(3.741.336)

24.1 Custo do serviço de energia elétrica

a) Energia elétrica comprada para revenda

Nota	MWh (*)		R\$	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	1.785.644	1.846.959	(332.026)	(480.329)
ANGRA 1 e 2	346.255	346.954	(117.630)	-
Compra - CCEAR	4.771.797	4.463.016	(1.191.525)	(1.408.839)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	27	47.201	(11.652)	(10.631)
Quotas de garantia física		1.888.295	(288.031)	-
Risco hidrológico	-	-	9.767	-
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	14.351	33.066
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	168.740	169.919
Subtotal	8.839.192	9.223.671	(1.748.006)	(1.696.814)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		156.270	(70.571)	(109.682)
Total	8.995.462	9.377.285	(1.818.577)	(1.806.496)

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição:		Nota	31.03.2023	31.03.2022
Uso da rede básica			(490.183)	(429.637)
Uso da rede básica - partes relacionadas	27		(4.549)	(4.261)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER			(226.439)	(494.035)
Transporte de energia - Furnas/Itaipu			(53.386)	(46.204)
Operador Nacional do Sistema - ONS			(10.290)	(8.663)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD			(3.926)	(3.182)
Conexão a Rede Básica - CTEEP			(28.063)	(23.543)
(-) Créditos de PIS/COFINS			75.500	93.381
Total			(741.336)	(916.144)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2 Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	31.03.2023	31.03.2022
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		(4.391)	474
Arrendamentos e aluguéis		2.430	200
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	27	2.852	6.050
Seguros		(2.852)	(6.050)
Tributos		(5.323)	(8.419)
Doações, contribuições e patrocínios		(2.063)	(924)
Tarifa bancária		(12.976)	(13.728)
Publicidade		(41)	(350)
Perdas na desativação de bens e direitos		(7.877)	(4.606)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(2.965)	(5.848)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(11.887)	(8.518)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(3.564)	(3.210)
Despesas Indedutíveis		(706)	(535)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		34.431	35.808
Penalidades - devoluções a consumidores		(1.024)	(688)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(397)	(1.937)
Taxa de contribuição CCEE		863	(863)
Outros		(17.141)	8.994
Total		(32.631)	(4.150)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Nota	31.03.2023	31.03.2022
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		90.068	9.982
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	25.1	11.104	20.555
Subvenções governamentais		298	511
Atualização de créditos tributários	7	23	663
Atualização monetária dos depósitos judiciais		17.517	16.035
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	9	33.884	51.699
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		33.999	13.860
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		8.308	17.146
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		3.807	1.556
Outras receitas financeiras		10.754	5.686
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(5.611)	(2.918)
Subtotal		204.151	134.775
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(141.721)	(128.991)
Variação monetária - Debêntures		(58.661)	(39.827)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(77.260)	(42.770)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(6.977)	(3.475)
Subvenções governamentais		(298)	(511)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(4.547)	(4.462)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	2.984	10.256
Cartas de fiança e seguros garantia		(3.960)	(10.092)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(16.185)	(28.205)
Atualização monetária - energia livre		(2.380)	(1.579)
Atualização acordo Eletrobras		(14.482)	(19.770)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	17	(153.406)	(148.487)
Comissão de fiança - partes relacionadas	27	(1.636)	(730)
Outras despesas financeiras		(15.544)	(37.496)
Variação monetária - Empréstimos		(113)	(6)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos		(64.349)	(11.087)
Subtotal		(558.535)	(467.232)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais - Empréstimos		43.339	282.698
Variações cambiais - Swap Empréstimos		(43.353)	(282.697)
Variações cambiais - outras		(56)	1.015
Subtotal		(70)	1.016
Total do resultado financeiro		(354.454)	(331.441)

25.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

26. Imposto de renda e contribuição social**a) Imposto corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2023		31.03.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(4.265)	(1.614)	(75.397)	(27.849)
Diferidos	(160.543)	(57.795)	(47.112)	(16.960)
Total	(164.808)	(59.409)	(122.509)	(44.809)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	777.068	777.068	494.486	494.486
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(120.000)	(120.000)	-	-
Doações	420	420	1.038	1.038
Gratificação a administradores	518	518	474	474
Perdas indedutíveis no contas a receber	968	968	1.068	1.068
Perdas na baixa de bens e direitos	267	267		
Multas indedutíveis	53	53	180	180
Despesas indedutíveis	706	706	535	535
Salário maternidade e paternidade	105	105	99	99
Total das adições	(116.963)	(116.963)	3.394	3.394
Base de cálculo	660.105	660.105	497.880	497.880
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(165.026)	(59.409)	(124.470)	(44.809)
Incentivos	212	-	2.250	-
Compensação de base de cálculo	6	-	6	-
IRPJ_CSLL sobre Selic dos débitos	-	-	(295)	-
Total da despesa com tributos	(164.808)	(59.409)	(122.509)	(44.809)
Alíquota efetiva	21,2%	7,6%	24,8%	9,1%

b) Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

b.1) Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	31.03.2023	31.12.2022
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.272.894	2.460.982
Benefício fiscal das incorporações	1.847.766	1.865.680
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos	4.120.660	4.326.662

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.2) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanco patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	1.974.742	2.011.368	(36.626)	(111.470)	-	32.645
Provisões para processos judiciais e outros riscos	281.133	339.182	(58.049)	32.659	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.085.587	1.035.031	50.556	148.485	-	-
Provisão para materiais e serviços	93.993	189.022	(95.029)	124.208	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	752.187	754.800	(2.613)	(73.202)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	36.881	38.637	(1.756)	(7.025)	-	-
Provisão para o fundo de transição	4.318	8.077	(3.759)	(6.330)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa incentivo à aposentadoria (multa 40%)	34.613	33.323	1.291	216	-	-
Arrendamento mercantil CPC 06	6.268	5.018	1.251	790	-	-
Outros	78.022	65.118	6.589	(73)	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	4.347.744	4.479.576	(138.145)	108.258	-	32.645
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(307.678)	(315.739)	8.060	33.363	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(761.063)	(701.955)	(59.109)	(119.257)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(56.588)	(69.417)	12.829	(21.008)	-	-
Swap	(8.194)	(22.533)	14.339	831	6.315	33.177
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(913.424)	(882.223)	(31.201)	(176.310)	-	-
Outros	(27.903)	(26.727)	(1.174)	(2.335)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(2.074.850)	(2.018.594)	(56.256)	(284.716)	6.315	33.177
Ativo fiscal diferido, líquido	2.272.894	2.460.982	(194.401)	(176.458)	6.315	65.822
Juros mora (b.2.1)	-	-	(6.023)	(18.310)	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações			(17.915)	(71.660)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(218.339)	(266.428)		

b.2.1) O imposto de renda e contribuição social diferido do trimestre findo em 31 de março de 2023, no montante de R\$ 6.023 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

b.3) Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2023			31.12.2022
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(280.201)	184.933	(95.268)	(91.458)
Subtotal	235.369	(155.342)	80.027	83.837
Brasília Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(167.423)	110.499	(56.924)	(54.647)
Subtotal	140.635	(92.820)	47.815	50.092
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(469.101)	307.466	(161.635)	(149.808)
Subtotal	5.681.216	(3.961.292)	1.719.924	1.731.751
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.057.220	(4.209.454)	1.847.766	1.865.680

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

b.3.1) Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.03.2023	31.03.2022
Saldo inicial	4.326.662	4.508.956
Impacto no resultado do exercício	(218.339)	(64.072)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	6.315	18.475
Saldo final	4.114.638	4.463.359

27. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022.

27.1 Controladora (Enel Brasil):

Natureza da transação e Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.03.2022
Enel Brasil					
COMISSÃO DE FIANÇA	Julho de 2019 a setembro de 2023	(931)	(931)	-	(730)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	Agosto de 2027	(45.401)	(40.581)	-	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO	Março de 2025	(133.835)	(424.298)	-	-
MÚTUO	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	630	-	(284)	(10.505)
DIVIDENDOS	n/a	(309.602)	-	-	-

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.2 Empresas com controle comum:

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.03.2022
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)					
ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	864	740	148	83
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS					
ENEL CHILE	Fevereiro de 2024	-	-	245	155
ENEL SPA		(183)	-	(183)	-
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.		(1.388)	(1.388)	-	-
ENEL GLOBAL IN E NETWORK		(14.809)	(12.683)	(2.127)	(3.994)
ENEL CHILE S.A		3.250	3.006	-	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	Agosto de 2027	6.746	6.347	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		253	(124)	-	-
ENEL CIEN S.A.		-	1.203	-	-
ENEL X Brasil S.A.		480	310	-	-
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A		22	783	-	-
CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA		923	901	-	-
CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO		1.247	-	-	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF					
ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	Resolução Homologatória nº 3068 da ANEEL	(319)	(321)	(951)	(926)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.		(90)	(91)	(268)	(266)
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	-	(8.147)	(7.281)
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A		(1.939)	(2.748)	-	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR					
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	Até o final da concessão	(141)	(156)	(313)	(295)
ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.		(85)	(85)	-	-
ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.		(94)	(104)	(209)	(198)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.		(284)	(341)	(647)	(611)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.		(264)	(317)	(600)	(567)
ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.		(233)	(257)	(516)	(487)
MUTUO					
ENEL SPA S.A.	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	(1.353)	-	(1.353)	-
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO					
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(1.398)	(1.357)	(4.549)	(4.261)
COMPRA E VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	N/A	9.977	9.977	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		1.446	1.176	-	-

Suprimento de energia – CCEAR, encargos do sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 12.

27.3 Outras partes relacionadas**Passivo e despesa:**

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.03.2022
Plano de previdência	FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16	6.184.701	6.305.702	153.406	146.323

27.4 Remuneração da alta administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2023	31.03.2022
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	2.009	1.736
Total	2.009	1.736

28. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros**Considerações gerais**

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão da região metropolitana de São Paulo. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

28.1 Instrumentos financeiros**28.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			31.03.2023		31.12.2022	
Rubrica	Categoria	Nível*	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		1.695.661	1.695.661	1.338.169	1.338.169
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado		8.988	8.988	6.210	6.210
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	-	-	-	-
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	2	193.338	193.338	112.430	112.430
Consumidores, revendedores e outros	Custo amortizado		3.578.123	3.578.123	3.409.447	3.409.447
Contas a receber - acordos	Custo amortizado		514.626	514.626	471.757	471.757
Depósitos vinculados	Custo amortizado		685.721	685.721	857.326	857.326
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado		992.249	992.249	1.434.579	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	Valor justo por meio do resultado		7.916.598	7.916.598	7.426.895	7.426.895
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado		-	-	-	-
Total			15.585.304	15.585.304	15.056.813	15.056.813
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	Passivos financeiros pelo custo amortizado		2.722.212	2.722.212	2.775.495	2.775.495
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos financeiros pelo custo amortizado		4.174.973	3.908.887	4.807.669	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	Valor justo por meio do resultado		3.503.439	3.562.325	2.746.073	-
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	289.388	289.388	251.976	251.976
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	2	154.278	154.278	96.549	96.549
Contas a pagar - acordo Eletrobras	Passivos financeiros pelo custo amortizado		427.341	427.341	412.859	412.859
Obrigações com arrendamento	Passivos financeiros pelo custo amortizado		221.795	221.795	238.246	238.246
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Passivos financeiros pelo custo amortizado		309.602	309.602	207.601	207.601
Passivo financeiro setorial	Passivos financeiros pelo custo amortizado		871.186	871.186	555.928	555.928
Total			12.674.214	12.467.014	12.092.396	4.538.654

* Conforme detalhado na nota explicativa 30.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2023 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data do Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	250.000
Itáu	30/04/2021	15/04/2031	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	<i>Fair value hedge</i>	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	400.000
Santander 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	600.000
Itaú 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	200.000
Itaú - (BEI) 26 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	134.654
Itaú - (BEI) 104 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	538.616
						5.117.270

A movimentação é como segue:

Derivativos	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.433
Provisão de encargos - juros	(65.453)
Recebimento de encargos - juros	40.345
Variação monetária	39.829
Variação cambial	(282.697)
Marcação a mercado no resultado	(7.768)
Marcação a mercado no PL	(54.341)
Saldo em 31 de março de 2022	(289.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(236.095)
Provisão de encargos - juros	(127.614)
Recebimento de encargos - juros	100.484
Variação monetária	58.661
Variação cambial	(43.353)
Marcação a mercado no resultado	16.165
Marcação a mercado no PL	(18.576)
Saldo em 31 de março de 2023	(250.328)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2023 estão dispostos a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
Bradesco	124.353	184.922	-	(60.569)
BNP II	(38.659)	(26.333)	(12.326)	
Itáu	(8.510)	84.818	-	(93.328)
BNP III	(98.005)	(72.803)	(25.202)	
Scotiabank II	(34.350)	(16.386)	(17.964)	
BNP IV	(17.440)	(3.769)	-	(13.671)
Scotiabank III	(53.185)	(18.080)	(35.105)	
MUFG	(18.021)	(3.322)	(14.699)	
Scotiabank IV	(47.168)	(8.024)	(39.144)	
Santander 27 ^a	(6.090)	(1.182)	-	(4.908)
Itáu 27 ^a	(2.059)	(395)	-	(1.664)
Itáu - (BEI) 26 MUSD	(10.207)	(2.490)	-	(7.717)
Itáu - (BEI) 104 MUSD	(40.987)	(9.935)	-	(31.052)
Total	(250.328)	107.021	(144.440)	(212.909)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2023.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de março de 2023 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida - Posição em 31.03.2023	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Debentures - 24ª Emissão (2ª serie)	100% IPCA + 4,01	975.053	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,01	(953.136)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,720	828.781	Fair value hedge
		850.698	
BNP II 4131	USD + 1,71%	225.826	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71%	(213.378)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75%	252.037	Cash flow hedge
		264.485	
Itaú			
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	767.848	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(770.639)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	779.148	Fair value hedge
		776.357	
BNP III 4131	USD + 1,97%	432.452	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97%	(408.274)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98%	506.280	Cash flow hedge
		530.458	

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Scotiabank II	USD + 2,31%	203.849	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31%	(186.406)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	220.757	Cash flow hedge
		238.200	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	284.691	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a	(282.653)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68%	300.094	Fair value hedge
		302.132	
Scotiabank III	USD + 2,61%	286.066	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(258.703)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	311.888	Cash flow hedge
		339.251	
MUFG	USD + 1,95%	198.472	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95%	(184.816)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28%	202.838	Cash flow hedge
		216.494	
Scotiabank IV	USD + 2,37%	395.592	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37%	(360.205)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39%	407.373	Cash flow hedge
		442.760	
Santander			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	852.980	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(632.887)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	638.977	Fair value hedge
		859.070	
Itaú			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	852.980	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(213.891)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	215.949	Fair value hedge
		855.038	
Itaú - (BEI) 26 MUSD	USD + 3,76% a.a.	125.766	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	(122.583)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,10%	132.790	Fair value hedge
		135.973	
Itaú - (BEI) 104 MUSD	USD + 3,61% a.a.	497.101	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	(484.926)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	525.913	Fair value hedge
		538.088	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2023, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

28.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Adicionalmente, existe uma Política de Controles e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasi, que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-se às exigências locais em termos de cultura de riscos.

Por fim, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável à todas as empresas do Grupo Enel dentro do perímetro da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; *compliance*; operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding (Enel Spa); aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de ação para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de ação. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linha de ação.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2023 é:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.562.909	1.128.195
Investimentos de curto prazo	b.1.1	8.988	6.210
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(250.328)	(236.095)
Depósitos vinculados	b.1.1	685.721	857.326
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.578.123	3.409.447
Contas a receber - acordos	b.1.2	514.626	471.757
Ativo financeiro setorial	b.1.3	2.349.175	2.623.396
Ativo contratual	b.1.3	992.249	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	7.916.598	7.426.895
Total da exposição		17.358.061	17.121.709

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	31.03.2023	31.12.2022
AAA	1.045.544	928.270
AA+	201.694	17.164
AA	324.659	188.971
Total	1.571.897	1.134.405

Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2023	31.12.2022
AAA	250.328	236.095
Total	250.328	236.095

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Audível). Adicionalmente, disponibiliza o portal de negociação e aplicativo por celular para realização de negociações, além dos feirões físicos e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.03.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	3.030.442	3.053.174
Debêntures	4.647.970	4.500.568
Instrumentos financeiros derivativos	250.328	236.095
Dívida	7.928.740	7.789.837
Caixa e equivalentes de caixa	(1.695.661)	(1.338.169)
Investimentos de curto prazo	(8.988)	(6.210)
Dívida líquida	6.224.091	6.445.458
Patrimônio líquido	2.814.381	2.393.789
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)	68,86%	72,92%

Os índices de endividamento em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, calculados pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2023 é de R\$ 100.000.

A Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as partes relacionadas CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, obrigações por arrendamento, dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Posição em 31 de março de 2023	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais que cinco anos
Fornecedores	2.722.212	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.333	16.911	307.084	2.087.368	612.770
Debêntures	451.098	67.810	905.553	2.915.834	2.392.511
Operações com instrumento derivativo	93.451	54.801	359.292	730.086	234.330
Obrigações por arrendamento	4.117	8.234	37.055	131.096	41.293
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	649.602	-	-
Total	3.276.211	147.756	2.258.586	5.864.384	3.280.904

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía 98,85% da dívida total indexada a taxas variáveis (R\$ 7.789.837).

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2023	%	31.12.2022	%
CDB-DI	1.571.897	100%	1.134.405	100%
Total	1.571.897		1.134.405	

Ativo financeiro da concessão	31.03.2023	%	31.12.2022	%
IPCA	7.916.598	100%	7.426.895	100%
Total	7.916.598		7.426.895	

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2023	%	31.12.2022	%
Taxa Fixa	83.589	1,05%	89.200	1,15%
TJLP	16.049	0,20%	19.633	0,25%
CDI	7.745.303	97,69%	7.465.298	95,83%
IPCA	83.799	1,06%	215.706	2,77%
Total	7.928.740		7.789.837	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de março de 2023 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos Financeiros	31.03.2023	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		6,83%	10,24%	13,65%	17,06%	20,48%
Equivalentes de caixa	1.562.909	106.747	160.042	213.337	266.632	320.084
Investimentos de curto prazo	8.988	614	920	1.227	1.533	1.841
IPCA		2,80%	4,20%	5,60%	7,00%	8,40%
Ativo financeiro da concessão	7.916.598	221.665	332.497	443.329	554.162	664.994
Subtotal	9.488.495	329.026	493.459	657.893	822.327	986.919

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívidas	31.03.2023	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	(703.016)	(25.640)	(37.848)	(49.683)	(61.167)	(72.323)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(732.899)	(53.682)	(76.566)	(98.821)	(120.483)	(141.584)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(616.173)	(50.102)	(69.276)	(87.923)	(106.073)	(123.753)
7ª emissão de Notas Promissórias	(365.185)	(2.312)	(3.277)	(4.215)	(5.128)	(6.016)
TJLP						
FINEP 2	(15.443)	(426)	(712)	(994)	(1.271)	(1.544)
Contrato de Swap						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(975.053)	(64.430)	(76.982)	(89.383)	(101.639)	(113.752)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	953.136	62.287	74.421	86.411	98.259	109.969
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(828.781)	(59.722)	(85.460)	(110.492)	(134.856)	(158.590)
BNP 4131 II	(225.826)	144.313	56.143	(8.246)	(59.264)	(101.658)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	213.378	(136.358)	(53.048)	7.791	55.997	96.055
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(252.037)	(18.237)	(26.065)	(33.677)	(41.087)	(48.304)
BNP III 4131	(432.452)	275.310	106.431	(16.898)	(114.617)	(195.819)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	408.274	(259.918)	(100.481)	15.954	108.209	184.871
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(506.280)	(37.796)	(53.522)	(68.816)	(83.703)	(98.204)
Scotiabank II 4131	(203.849)	129.150	49.522	(8.628)	(54.704)	(92.991)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	186.406	(118.099)	(45.285)	7.890	50.023	85.034
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(220.757)	(17.073)	(23.932)	(30.603)	(37.095)	(43.420)
BNP IV 4131	(284.691)	(23.066)	(23.066)	(23.066)	(23.066)	(23.066)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	282.653	22.901	22.901	22.901	22.901	22.901
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(300.094)	(21.505)	(30.824)	(39.888)	(48.709)	(57.303)
Debêntures - 25ª Emissão	(767.848)	(53.551)	(63.619)	(73.566)	(83.396)	(93.112)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	770.639	52.196	62.009	71.704	81.286	90.755
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(779.148)	(57.778)	(81.979)	(105.516)	(128.425)	(150.741)
Scotiabank III 4131	(286.066)	180.445	68.675	(12.949)	(77.623)	(131.366)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	258.703	(163.186)	(62.106)	11.711	70.198	118.800
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(311.888)	(25.298)	(34.991)	(44.418)	(53.594)	(62.532)
MUFG 4131	(198.472)	126.177	48.665	(7.941)	(52.792)	(90.062)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	184.816	(117.496)	(45.317)	7.395	49.160	83.865
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(202.838)	(15.748)	(22.050)	(28.179)	(34.145)	(39.956)
Scotiabank IV 4131	(395.592)	250.410	95.876	(16.977)	(106.396)	(180.700)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	360.205	(228.010)	(87.300)	15.459	96.878	164.536
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(407.373)	(32.073)	(44.731)	(57.042)	(69.025)	(80.697)
Debêntures - 27ª Emissão	(852.980)	(75.227)	(86.421)	(97.481)	(108.410)	(119.213)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	213.891	18.331	21.058	23.753	26.417	29.049
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(215.949)	(15.777)	(22.484)	(29.007)	(35.356)	(41.540)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	632.887	54.240	62.310	70.285	78.165	85.954
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(638.977)	(46.682)	(66.528)	(85.829)	(104.615)	(122.914)
Itaú - (BEI) 26 MUSD	(125.766)	77.993	28.808	(7.110)	(35.570)	(59.220)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	122.583	(76.019)	(28.079)	6.930	34.670	57.721
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(132.790)	(8.624)	(12.745)	(16.754)	(20.655)	(24.456)
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(497.101)	309.229	114.683	(27.390)	(139.961)	(233.504)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	484.926	(301.403)	(111.781)	26.697	136.419	227.595
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(525.913)	(33.150)	(49.471)	(65.343)	(80.792)	(95.841)
Subtotal	(7.928.740)	(435.406)	(714.444)	(971.954)	(1.215.035)	(1.447.076)
Total da exposição líquida	1.559.755	(106.380)	(220.985)	(314.061)	(392.708)	(460.157)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2023 (em reais).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos em moeda estrangeira	31.03.2023
Empréstimos e financiamento	2.365.124
Exposição patrimonial	2.365.124
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.219.291)
Exposição cambial total	145.833

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

	31.03.2023	
Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.03.2023
Fornecedores (Itaipu)	21.707	110.268
Passivo líquido exposto	21.707	110.268

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço de regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS-D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto à este mérito; até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras, o processo ainda está sob análise do relator.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto abaixo do limite de 105% equivalente a R\$ 92.639 (valor atualizado de R\$ 133.923 em 31 de março de 2023) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 6.234.751 em 2023, R\$ 8.050.652 em 2024, R\$ 7.646.802 em 2025, R\$ 7.279.563 em 2026 e R\$ 96.743.827 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente período findo em 31 de março de 2023 que foram homologados pela ANEEL.

30. Seguros

No trimestre findo em 31 de março de 2023, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	18.040.505	5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	N/A	104.946
-	Responsabilidade civil administradores	31/10/2022	31/10/2023	N/A	77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	103.723
-	Frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

31.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	31.03.2023	31.03.2022
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	209.987	-
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	516.191	245.358
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	-	10.528

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pagamento de juros	31.03.2023	31.03.2022
Apresentados nas atividades operacionais	72.623	64.834
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	2.984	10.256
Total Pagamento de juros	75.607	75.090

32. Eventos subsequentes**32.1 Empréstimos e financiamentos**

Em 20 de abril de 2023 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos. O valor desembolsado foi USD 70.000, a um custo fixo de 4,379% para 80% garantido pela SACE e 4,506% para 20% garantido pela Enel SpA. Foi contratado nesta data operação de swap para cobertura de risco cambial. A taxa de câmbio da contratação foi de R\$ 4,91, e o custo da operação ficou em CDI-0,17% para 80% e CDI+0% para 20%. Considerando o mecanismo de *step down/up* da dívida em 5bps, a depender da métrica de emissão de CO2 em junho de 2025, as taxas equivalentes no swap passarão a ser CDI-0,22% ou CDI-0,12% para 80% do *loan*, e CDI-0,05% ou CDI+0,05% para 20%.

32.2 Realização de Assembleia Geral Ordinária

Em 24 de abril de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, e foi deliberado (i) aprovação das contas da administração, do relatório da administração, e das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; (ii) destinação dos resultados do exercício de 2022 e distribuição de dividendos, e (iii) fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia referentes ao período social encerrado em 31 de março de 2023.

São Paulo, 26 de abril de 2023.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores
Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização
Vicenzo Ruocolo
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade
Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços
Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação
José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação
Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado
Vago
Diretoria de Compras
Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Jurídico
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período social encerrado em 31 de março de 2023.

São Paulo, 26 de abril de 2023.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores
Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização
Vicenzo Ruocolo
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade
Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços
Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação
José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação
Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado
Vago
Diretoria de Compras
Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Jurídico
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção